



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
Secretaria de Contabilidade e Pagamento de Despesas

COMUNICAÇÃO INTERNA N. SCC/SEPEOC 018/2020

Referência: Análise de demonstrações. Nacional Soluções e Serviços EIRELI - ME.

Belo Horizonte, 23 de julho de 2020.

Ao Senhor

LEONARDO DE MATOS FIGUEIREDO

Secretário de Planejamento e Execução Orçamentária e Contabilidade, em exercício

Escopo

A presente análise foi delimitada conforme e-mails encaminhados pela SELC em 21 e 22/07/2020.

Foram utilizados os seguintes demonstrativos enviados pela empresa, relativos ao exercício financeiro de 2018: balanço patrimonial (BP) e demonstração de resultado do exercício (DRE).

Aspectos Legais

As demonstrações apresentam o recibo de entrega da escrituração digital com a identificação e assinatura digital do administrador e do contador responsável. Ambos apresentam certificado digital válido e o contador encontra-se ativo junto ao site do Conselho Regional de Contabilidade do Maranhão, opção Registro-Registro Pessoa Física-Certidão de Regularidade-Acesso Público-Consulta Cadastral.

Acompanham as demonstrações o termo de abertura e encerramento. A confirmação do recebimento do arquivo da escrituração contábil digital (ECD) foi efetuada em recibo de entrega do sistema, o que dispensa a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994.

Em relação à data dos demonstrativos, existem duas situações que devem ser colocadas. De acordo com a legislação empresarial, código civil e Lei das S/A, as empresas em geral devem emitir suas demonstrações anuais até 30/abril do ano subsequente.

Entretanto, o sistema ECD/Sped adota a data de 31/maio como limite para envio da escrituração referente ao exercício anterior. De forma extraordinária, para a escrituração referente a 2019, a IN RFB 1950/2020 estendeu essa data limite para 31/julho/2020.

Acrescente-se que, no caso das empresas usuárias da escrituração digital, é a própria Receita Federal que encaminha a escrituração às juntas comerciais dos



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
Secretaria de Contabilidade e Pagamento de Despesas

estados. Não há, portanto, o registro da escrituração diretamente nas juntas por parte das empresas.

Submetemos essa questão relativa à data das demonstrações à análise da SELC, tendo em vista as especificidades relativas ao processo licitatório.

Certidão Negativa de Falência (7.7.1)

A empresa apresentou, em formato digital, a certidão de NADA CONSTA expedida pela Secretaria de Distribuição do Termo Judiciário de São Luís/MA.

Pesquisamos no site do TJMA e constatamos não haver a funcionalidade de verificação dos exatos termos da certidão, de forma similar à que ocorre com o TJMG.

É possível consultar apenas o número do selo do ato judicial oneroso e constatar que houve a emissão da certidão sem, contudo, identificar a modalidade em que a mesma foi emitida; se nada consta ou se consta.

Submetemos essa questão à SELC, por se tratar de assunto que entendemos extrapolar a análise contábil, para a análise sobre a aceitabilidade/validade do documento.

Indicadores Econômico-Financeiros

Em nosso entendimento há um equívoco na classificação da conta contábil “Conta Vinculada”, subgrupo da conta “Bancos – contas com movimentos”.

A empresa aloca essa conta no ativo circulante. Entretanto, considerando que os depósitos retidos em conta vinculada somente são liberados, via de regra, por ocasião do encerramento dos contratos aos quais estão relacionados, somente deveria ser alocado no ativo circulante a parcela dos valores relativos aos contratos com encerramento previsto para 2019. Verifica-se pela relação de compromissos assumidos que muitos contratos apresentam data de validade após 2019.

Essa questão envolvendo a conta contábil “Conta Vinculada” afeta apenas o cálculo da liquidez corrente e verificamos que, mesmo com sua exclusão total do ativo circulante, o indicador permanece acima de 1,0.

Os resultados de nossos cálculos foram:

- Liquidez Corrente (LC): 2,04 (considerando que todo o valor da conta contábil “Conta Vinculada” deveria ser alocado no ativo não circulante;
- Liquidez Geral (LG): 2,85;
- Solvência Geral (SG): 2,89.

Uma pequena observação em relação ao cálculo apresentado pela empresa quanto à LG: o numerador correto da fórmula é AC (ativo circulante) + RLP (realizável a longo prazo), e não AC + ANC (ativo não circulante). RLP e ANC não são conceitos equivalentes. Por esse motivo a diferença entre nosso cálculo e o da empresa.

Capital Circulante Líquido (CCL) / Patrimônio Líquido (PL)

A empresa não apresentou memória de cálculo em relação a esses itens. Fizemos os cálculos e constatamos que, em relação ao valor estimado da contratação, o CCL representa 39,7% e o patrimônio líquido 71,9%.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
Secretaria de Contabilidade e Pagamento de Despesas

Contratos Firmados x Patrimônio Líquido

No documento *Anexo IV-Relação de contratos firmados* a empresa procurou demonstrar que o patrimônio líquido é superior a um doze avos do volume financeiro dos contratos firmados.

No cálculo a empresa multiplica o valor do PL por 12 e divide esse resultado pelo valor total dos contratos, obtendo um índice igual a 1,27. Esse resultado indica que o PL é 1,27 vezes maior que um doze avos do valor estimado da contratação, estando atendida a condição do item 7.7.9 do edital.

Temos uma objeção em relação à relação de compromissos assumidos apresentada pela empresa. Considerando a data de abertura do pregão, 09/junho/2020, verificamos que na relação de compromissos assumidos a empresa inseriu vários contratos que já haviam vencido. O item 7.7.9 do edital dispõe que a declaração de contratos deve apresentar a relação daqueles “vigentes na data de apresentação da proposta”.

Fizemos a depuração dos valores e encontramos o montante de contratos firmados vigentes de R\$ 9.164.204,86. Em nosso cálculo utilizamos esse valor.

Quanto ao cálculo em si, optamos por uma metodologia diferente da utilizada pela empresa que, s.m.j., entendemos demonstrar mais claramente essa relação.

Dividimos o valor estimado da contratação por 12, encontrando, assim, o valor referente a um doze avos. Em seguida dividimos este resultado pelo valor do patrimônio líquido e chegamos a um índice de 0,36.

Este resultado significa que o montante relativo a um doze avos do valor estimado da contratação representa 36% do patrimônio líquido da empresa.

Para que o item 7.7.9 seja atendido basta que esse índice seja inferior a 1,0.

A título ilustrativo, utilizando a fórmula apresentada pela empresa e o valor dos contratos firmados depurado, o resultado seria 2,75. Em outros termos, o PL é 2,75 vezes maior que um doze avos do montante de contratos firmados vigentes.

Contratos Firmados x Receita Bruta da DRE

Em relação ao disposto no item 7.7.9.2 do edital, a empresa relatou no documento *Anexo IV-Relação de contratos firmados* as causas para a diferença verificada entre o valor da receita bruta de 2018 e o volume financeiro da relação de compromissos assumidos.

A diferença calculada pela empresa foi de - 62,07% e se refere, em linhas gerais, segundo a empresa, ao encerramento e/ou supressão de vários compromissos ao longo do decurso de tempo entre os anos de 2018 e 2020, bem como à assunção de novos contratos.

Em decorrência do que apontamos no tópico anterior acerca da relação de compromissos, a diferença que verificamos foi de 34,2%.

Há que se ressaltar que a receita bruta da DRE referente a 2018 refere-se à receita auferida ao longo do ano civil de 2018 enquanto a relação de compromissos refere-se ao volume financeiro dos contratos em vigor na data de 09 de junho de 2020.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
Secretaria de Contabilidade e Pagamento de Despesas

Atenciosamente,

JUAREZ P. COSTA
Seção de Contabilidade e Custos/SEPEOC

De acordo,

LEONARDO DE MATOS FIGUEIREDO
Secretário de Planejamento e Execução Orçamentária e Contabilidade,
em exercício